

Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória¹

Daniela Goya Tochetto
UFRGS

Eduardo Pontual Ribeiro
UFRGS

Flavio Vasconcelos Comim
UFRGS

Sabino da Silva Porto Junior
UFRGS

Resumo:

Este artigo analisa a qualidade do crescimento econômico no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. A fundamentação teórica deste trabalho está baseada no argumento de que a relação entre crescimento econômico e redução da pobreza é complexa e não-trivial. Para analisar a relação entre crescimento e pobreza entre os Estados brasileiros duas estratégias empíricas novas para o Brasil foram seguidas: primeiro, estimou-se a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento do PIB do setor não agrícola, como em Ravallion e Datt (2000). Segundo, focamos a evolução dos decis de renda ao longo do tempo, como em Son (2004). Os resultados apontam para uma heterogeneidade de elasticidades entre os estados e para um crescimento pró-pobre durante a década de 1990 apenas.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Pobreza e Desigualdade, crescimento pro-pobre; Brasil.

JEL: O15; O18: O47.

Abstract

The paper investigates the relationship between economic growth and poverty reduction in Brazil during the period 1980s-1990s. It briefly reviews the literature on ‘pro-poor growth’, emphasizing the importance of certain qualitative aspects of growth responsible for enhancing human well-being in Brazil. The paper follows the methodology put forward by Ravallion and Datt (2000) to estimate the impact of economic growth on poverty reduction. It also replicates the study of Son (2004), calculating a growth poverty curve by income deciles for Brazil. The results show that only in the 1990s Brazilian states had pro-poor growth and that the poverty reduction effect was heterogeneous among different states.

Keywords: Economic growth; Poverty and Inequality.

1. Introdução

O crescimento econômico traduz-se em desenvolvimento humano quando ele é capaz de –através da ampliação da base de recursos em determinada sociedade- melhorar a qualidade de vida de sua população. Para entender tal efeito é importante considerar o crescimento não somente pela sua *quantidade* mas pela sua *qualidade*. Deste modo, é importante não apenas verificar o *quanto* a economia cresceu mas *como* foi esse crescimento e conseqüentemente qual o impacto distributivo do mesmo. Tal mudança de ênfase na análise

¹ Os autores agradecem a Tarso Madeira bolsista de iniciação científica BIC da UFRGS pelo trabalho com a base de dados e gráficos..

do impacto do crescimento econômico sobre a qualidade de vida dos indivíduos combina de maneira mais equilibrada o binômio eficiência-equidade na promoção do desenvolvimento humano.

Não há uma definição unívoca para o conceito de crescimento ‘pró-pobre’. Definições em torno desse termo variam de acordo com a importância dada à níveis vs variações na caracterização da relação entre crescimento e pobreza. Alguns o entendem como sendo aquele crescimento capaz de gerar *significativa* redução da pobreza, beneficiando os pobres e *incrementando* seu acesso a oportunidades. Mas não é claro o quão significativa deve ser a redução na pobreza e como o progresso do crescimento pró-pobre pode ser mensurado e monitorado. Sen (1988) chama atenção para confusões metodológicas que podem haver ao se misturar níveis e variações na caracterização de relações causais entre variáveis.

Apesar das eventuais discrepâncias acerca do significado de crescimento pró-pobre, pode-se compreendê-lo como um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da atividade econômica e faz com que o aumento generalizado da renda os beneficie proporcionalmente mais que os não-pobres. O crescimento econômico pró-pobre faz referência à inclusão dos pobres na geração do crescimento econômico e usufruto de seus resultados. Por esta razão, muitas vezes fala-se do crescimento pró-pobre como um crescimento de ‘base ampla’.

A literatura sobre o crescimento pró-pobre é ampla e diversificada. Nos seus extremos encontramos defesa de posições antagônicas, tais como os defensores do efeito “trickle down” (crescimento econômico distributivamente neutro de base ampla) como Dollar&Kray (2001), Fields (2001) e Aghion e Bolton (1997) ou os críticos ao crescimento articulados na posição do “Immiserising Growth” (crescimento econômico de base restrita de natureza distributiva regressiva), como Griffin and Khan (1972), Griffin (2000) e De Janvry and Sadoulet (1999). No entanto, em um ponto todos concordam: a relação entre crescimento econômico e redução da pobreza (aumento de bem-estar social) é complexa e está longe de ser trivial. Como tal ela deve ser vista como uma relação empírica, altamente específica para cada país ou mesmo região, que não pode ser definida *a priori* por argumentos exclusivamente teóricos.

É dentro desse contexto que este trabalho procura contribuir para essa literatura através de uma análise empírica da qualidade do crescimento econômico no Brasil. Uma das maneiras mais usadas na literatura de avaliar o crescimento pró-pobre (por exemplo em Ravallion and Datt, 2002) é através do cálculo da elasticidade do crescimento econômico em relação à pobreza para diversas regiões (escalas variáveis). Isso porque dada uma mesma taxa de crescimento, o impacto na redução da pobreza pode apresentar uma significativa variância, do ponto de vista regional. Em outras palavras, o crescimento econômico de um país pode afetar de formas distintas a redução da pobreza nos estados ou regiões, fazendo com que alguns tenham uma inclusão maior dos pobres na atividade econômica do que outros.

Deste modo, o objetivo deste artigo é mensurar para os Estados do Brasil suas respectivas elasticidades do crescimento em relação à pobreza com ênfase nas diferenças interestaduais. Além disso, estima-se a curva crescimento pobreza de Son (2004) para os Estados durante as décadas de 1980 e 1990.

O artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção discute o tema do crescimento pró-pobre apresentando uma breve revisão da literatura e comentando a evidência empírica internacional. A segunda seção analisa o caso brasileiro e aplica testes em dados de painel para elasticidade crescimento da pobreza. A seção termina com uma análise da relação entre o crescimento da renda média e o comportamento dos percentis de renda, ou seja, o comportamento da distribuição de renda por decil para os Estados no Brasil e o crescimento no período.

1.1 O Que Faz Com Que o Crescimento Econômico seja Pró-Pobre

A ênfase dada ao estudo da pobreza nesses últimos quinze anos por organismos internacionais produziu muitos estudos sobre a relação entre diferentes tipos de pobreza e o crescimento econômico (ver por exemplo WDR, 2000/2001). Concomitantemente vários trabalhos feitos pela ‘segunda geração de economistas do desenvolvimento’, como chamados por Meier (2001), evidenciaram o papel alocativo e distributivo dos recursos na promoção do desenvolvimento humano. O crescimento deixou de ser visto como uma condição necessária e suficiente para a promoção de bem-estar como na ‘primeira geração de economistas do desenvolvimento’ (evidenciado pelo debate ao redor da relevância empírica da curva de Kuznets -para uma boa resenha ver Ray, 1998). A contribuição de Sen (1999) para o debate e o argumento de que ‘recursos são indicadores imperfeitos do bem-estar’ foi decisiva para a formulação de uma base conceitual favorável à investigação empírica da relação entre crescimento e pobreza. Desta maneira, não podemos assumir que o crescimento econômico é condição suficiente para a redução da pobreza. Um amplo conjunto de variáveis influencia a conversão do crescimento econômico em bem-estar social e redução da pobreza. Estas *condições de convertibilidade* são contexto-dependentes. Por exemplo, Ravallion and Datt (2002) demonstraram, no caso dos estados Indianos, que a importância de condições iniciais favoráveis no desenvolvimento de recursos humanos e na infra-estrutura rural é fundamental para uma composição pró-pobre da taxa de crescimento econômico rural (ver Ravallion e Datt, 2002, p. 18).

Conceitualmente, a conversão do crescimento econômico na redução da pobreza depende de sete grupos de fatores:

1) Aspecto Espacial do Crescimento: o padrão de desenvolvimento da atividade econômica reduz a pobreza de acordo com o padrão espacial de distribuição da mesma. Se os pobres estão na região ‘x’ é de pouca valia que o crescimento ocorra na região ‘y’, pois nem sempre os fluxos migratórios são capazes de resolver esse problema sem reestruturações sociais dramáticas. É fundamental verificar se o padrão regional/local de crescimento coincide com os aspectos regionais da pobreza. Pode haver aqui um ‘mismatching’ entre o crescimento e a pobreza. Várias situações são possíveis, mas o mais frequente em países em desenvolvimento é o combate à pobreza absoluta, usualmente concentrada em áreas rurais isoladas, onde a *intensidade* da pobreza é mais grave, sendo dificilmente resolvida por um crescimento industrial urbano;

2) Padrões Setoriais de Crescimento: o crescimento econômico ‘acontece’ dentro de setores. O impacto do crescimento vai depender dos ‘links’ com os setores abertos aos pobres. Usualmente, ênfase é dada na promoção da agricultura e na redução da pobreza rural, mas um tipo de crescimento diferente é necessário para combater o fenômeno recente mundial de ‘metropolização da pobreza’. Em países onde a maior parte dos pobres vive em áreas rurais, o crescimento da agricultura, dependendo da estrutura fundiária. O crescimento pode reduzir a pobreza porque gera renda para fazendeiros e demanda por bens e serviços que podem ser facilmente produzidos pelos pobres (bens de consumo não-duráveis). Em um estudo feito por Datt e Ravallion (1998) para a Índia, mostrou-se que o crescimento na agricultura e no setor terciário informal tiveram um efeito maior sobre a redução de pobreza, enquanto não o teve na manufatura. O estudo concluiu que 85% da redução da pobreza na Índia deveu-se ao crescimento na agricultura. Thorbecke and Jung (1996) chegaram a uma conclusão similar para a Indonésia. Um outro estudo de Timmer (1997), mostrou para 35 países em desenvolvimento que um crescimento de 10% no produto per capita da agricultura produziu um crescimento de 16% na renda per capita do quintil inferior da população. O crescimento na manufatura reduz a pobreza diretamente aumentando a renda dos trabalhadores

empregados, mas ele piora a distribuição de renda, reduzindo o efeito sobre os pobres. Por outro lado, o crescimento na agricultura não é associado com uma piora na distribuição de renda.

3) Grau de Intensidade e Uso de Fatores de Produção: um padrão de crescimento que resulte em uma expansão relativamente alta do emprego de baixa qualificação (para uma dada taxa de crescimento na oferta de trabalho de baixa qualificação) mostra resultados melhores na redução da pobreza. Assim, quanto mais trabalho-intensivo for o crescimento melhor para a redução da pobreza. Se este trabalho criado for de baixa qualificação mais alto será o impacto do crescimento, pelo menos no curto-prazo quando é mais difícil qualificar as pessoas mais pobres (que usualmente possuem baixos níveis de capital humano).

4) Grau de Desigualdade da Renda e da Riqueza: sociedades com distribuição de renda e riqueza muito desiguais são baixa conversoras de crescimento em redução da pobreza. Uma sociedade mais desigual tem um impacto menor na redução da pobreza do que uma sociedade mais igualitária, ou seja, nessas sociedades o crescimento econômico tem menor efeito sobre a redução da pobreza. O fator de desigualdade é um dos elementos mais importantes na análise do impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza, usualmente afetando a elasticidade do crescimento em 50%.

5) Dimensões Não-Renda: a conversão do crescimento em bem-estar dos indivíduos depende também da variação existente nas dimensões não econômicas, tais como saúde, educação, discriminação, etc pois dessas condições depende a capacidade dos indivíduos de participar e usufruir dos resultados do crescimento. Em condições em que apenas os homens tenham acesso ao mercado de trabalho é natural que as mulheres não se beneficiem das oportunidades promovidas pelo crescimento econômico. Neste caso, a desigualdade de gênero pode ser responsável pelo baixo impacto do crescimento no bem-estar social agregado (assumindo que não existe nenhuma redistribuição intra-domicílio). Em muitos países a discriminação racial no mercado de trabalho não deve ser ignorada como uma dimensão não-renda. Adicionalmente, diferenciais em níveis de educação geram oportunidades desiguais de conversão de crescimento em bem-estar social para grupos diferentes da sociedade.

6) Padrão do Gasto Público: o governo funciona como um mecanismo distributivo e redistributivo de renda na sociedade, afetando canais de como o crescimento é estruturado e articulado. Como recentemente explorado pelo *World Development Report* (WDR, 2004), a qualidade do gasto do governo tem um papel importante no bem-estar dos indivíduos mais pobres. Um baixo nível pró-pobre da focalização do gasto público com um baixo nível de desenvolvimento institucional pode afetar seriamente a eficiência das políticas públicas. Esse problema é de fato mais grave envolvendo a falta de incentivos para a provisão do gasto público à nível de provisão, levando à escolas disfuncionais e serviços de saúde inoperantes e inacessíveis aos mais pobres. Deste modo, a qualidade do padrão do gasto público é um fator relevante de conversão do crescimento econômico em qualidade de vida da população de um país.

7) Impacto Ambiental: o crescimento econômico pode afetar desproporcionalmente os pobres via degradação ambiental ao levar à erosão de sua base de ativos (Galeotti e Lanza, 1999; Ekbom e Bojo, 1999). Assim, o impacto distributivo pode ser dado indiretamente, via externalidades negativas ao causar poluição, ou erosão ou contaminação de um recurso previamente utilizado pelas pessoas mais pobres, dificultando ou inviabilizando suas estratégias de sobrevivência. Isso não é somente relevante para áreas rurais. O mesmo problema pode acontecer em áreas urbanas, nas periferias de grandes cidades, onde bacias hidrográficas podem ser poluídas ou áreas urbanas podem ser marginalizadas devido ao impacto ambiental negativo de certos projetos industriais.

Além desses grupos de fatores principais há uma série de outros elementos que afetam a conversão do crescimento econômico em redução da pobreza. Fatores específicos como falhas nos mercados de crédito e de capitais, grau de dualismo das economias, distorção nos mercados de câmbio e imperfeições em outros mercados, como o de seguros, também exercem seu papel na conversão do crescimento. É impossível controlar empiricamente todos estes fatores mas eles devem permanecer como uma lembrança de que a relação entre crescimento econômico é complexa e não-trivial. Eles podem ajudar na orientação de políticas necessárias à promoção de um bem-estar social de base ampla, inclusivo, não-paternalista, onde os mais pobres sejam integrados na sociedade e remunerados pelo seu próprio trabalho e ondem tenham um incentivo ao aumento do seu capital humano no longo-prazo via inclusão no processo de desenvolvimento econômico.

1.2 Que Políticas Promovem o Crescimento Pró-Pobre?

Uma ênfase no caráter pró-pobre do crescimento reflete uma preocupação com os *finis* da atividade econômica e com seus aspectos distributivos (Sen, 1999). Mais importante, talvez, esta análise procura apresentar e discutir soluções para *trade-offs* entre eficiência e equidade na economia. Em particular, procura-se elaborar *bases de sinergia* entre políticas que promovam o crescimento econômico e reduzam a pobreza, aumentando os respectivos níveis de bem-estar social.

Uma estratégia de desenvolvimento que faça uso eficiente do fator trabalho de baixa qualificação – principal fator de produção dos pobres – e faça também investimentos em educação e saúde é positiva para o aumento da eficiência e melhoria da distribuição. Kakwani (2001), Timmer (2004), e Son (2004) argumentam que políticas macroeconômicas que enfatizam a prudência fiscal e a boa administração dos impostos conduzem a uma dívida pública sustentável, o que facilita investimentos físicos e sociais que beneficiam os pobres, além de assegurar um crescimento de longo prazo.

O crescimento pró-pobre também requer a remoção de instituições e políticas que atuem contra os pobres, bem como a adoção de políticas diretamente pró-pobres. Como mencionado acima, a discriminação em termos de gênero, grupo étnico e religião afeta os pobres mais do que os ricos; o mesmo é verdadeiro no que diz respeito às barreiras artificiais à entrada em certos comércios e profissões. Políticas orientadas para as indústrias de grandes cidades intensivas em capital e gastos em infraestrutura pública para áreas urbanas não beneficiam cidades pequenas e áreas urbanas periféricas. Analogamente, existem políticas no nível micro que trabalham contra os pobres, como monopólios que resultam em preços mais altos, subsídios perversos para bens públicos e grandes vieses distributivos no gasto em educação de nível superior beneficiam primeiramente os não-pobres.

Políticas econômicas pró-pobre incluem, entre outras, gastos públicos focalizados e adequados com educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar (WDR, 2004); acesso ao microcrédito; promoção de pequenas e médias empresas e investimentos em infraestrutura em áreas rurais ou em áreas de alta intensidade da pobreza. Investimento em capital físico e humano para os pobres tem como efeito o aumento de sua produtividade e contribuição para a economia com melhora distributiva no longo prazo. Além disso, um aumento da liberdade econômica, incluindo uma provisão de direitos de propriedade para os pobres, contribui para o crescimento e para a redução da pobreza.

As experiências de cada país ou de cada região podem ser bem diferentes devido ao alto número de fatores de conversão e, portanto, não podem ser aplicadas as mesmas políticas de desenvolvimento para todos os lugares. Para algumas regiões uma política de intensificação da taxa de crescimento pode ser a mais adequada, enquanto para outras pode

ser necessário a implementação de esquemas redistributivos com foco na redução da desigualdade.

A efetividade das políticas pró-pobre depende do tipo de pobreza prevalente. Em linhas gerais, é importante saber se a situação é caracterizada por i) pobreza absoluta ou pobreza relativa, ii) pobreza rural ou pobreza urbana, iii) pobreza transiente ou pobreza crônica. Também deve-se prestar atenção às características de intensidade vs incidência da pobreza. Por razões operacionais pode-se simplificar a análise para considerar a relação entre a renda média e a desigualdade de renda. *Ceteris paribus*, um aumento da renda média reduz a pobreza e um aumento da desigualdade aumenta a pobreza. No entanto, deve-se notar que a pobreza e a desigualdade são conceitos distintos e que é possível que o crescimento econômico leve a um aumento da desigualdade com redução da pobreza absoluta (medida por exemplo como US\$ 1 por dia), como vem acontecendo na China desde o início da década de 90. Quando não estão disponíveis informações sobre as características da pobreza, trabalha-se com a medida de proporção de pobres. Uma mudança na proporção de pobres pode ser decomposta em dois componentes: um é o componente de crescimento relativo à mudança na renda média, o outro é o componente de desigualdade relativo à mudança na desigualdade de renda. A magnitude desses dois componentes vai gerar a sensibilidade relativa da redução da pobreza ao crescimento e desigualdade. Fica óbvio que se o componente de crescimento domina o componente de desigualdade, então a política de intensificação do crescimento econômico é desejável para a redução da pobreza. Se o componente de desigualdade domina, então políticas de desenvolvimento que são pró-pobre e que, portanto, reduzem a desigualdade devem ser adotadas. A maioria dos trabalhos empíricos na análise do crescimento pró-pobre explora a decomposição da taxa de crescimento nos dois efeitos: redução da pobreza e da desigualdade. Uma introdução a essas técnicas encontra-se, por exemplo, em Kakwani (1997), Kakwani (2001), Timmer (2004). Esses cálculos são fundamentais na avaliação do impacto pró-pobre de um amplo conjunto de políticas econômicas e sociais.

1.3 Evidência Empírica Internacional sobre a Pobreza e Crescimento: algumas considerações

Estudos e análises empíricas sobre se os benefícios do crescimento econômico são compartilhados pelos pobres começaram a ser produzidos sistematicamente por volta dos anos 1970, quando estatísticas sobre a distribuição de renda de diversos países começaram a ser disponibilizadas. Os primeiros artigos na matéria enfatizavam a relação entre crescimento e desigualdade, dado que a preocupação principal dos pesquisadores era verificar a hipótese de Kuznets de que a desigualdade aumenta na fase inicial do desenvolvimento, e depois declina após um ponto de inflexão. Os artigos precedentes eram também especificamente concentrados nos efeitos do crescimento econômico sobre o padrão de vida geral da população sem nenhuma preocupação especial com a pobreza.

A relação crescimento-desigualdade tomou importância na década de 1980, e apenas recentemente foi renovado o interesse na questão de se averiguar se os pobres especificamente compartilham proporcionalmente os benefícios do crescimento. Artigos recentes seguem duas abordagens diferentes para classificar a população entre pobres e não-pobres. O primeiro utiliza um conceito relativo de pobreza através da estimação da elasticidade do crescimento para a renda per capita dos indivíduos no primeiro quintil da distribuição. Existem duas visões opostas na relação: enquanto Roemer e Gugerty (1997), Gallup et al. (1999), e Dollar e Kray (2000) argumentam que essa elasticidade é praticamente igual a um, Timmer (1997) obtém uma elasticidade ao redor de 0,8. Esses quatro estudos, interessantemente, utilizam a mesma

base de dados e técnicas econométricas semelhantes, mas mesmo assim discordam sobre se o crescimento na renda média conduz a um aumento de um para um na renda dos pobres, ou se os ganhos para esse grupo são consideravelmente menores.

A segunda abordagem tem sido um exame da elasticidade do crescimento em relação à pobreza definida em termos absolutos. Ravallion (2000), Ravallion e Chen (1997), e Bruno et al. (1998) encontram essa elasticidade como sendo tipicamente maior que dois, ou em outras palavras, que quando a renda média aumenta em 10%, a proporção de pobres declina mais de 20%. Outros autores como Morley (2000), De Janvry e Sadoulet (2000), e Smolensky et al. (1994) encontram uma elasticidade menor em torno de um por cento, mas esta é obtida através de uma amostra com um menor número de países. Ravallion e Chen (1997) também utilizam linhas de pobreza que combinam um componente absoluto com um componente relativo, mas suas elasticidades são altamente sensíveis ao local no qual a linha de pobreza se encontra localizada. A elasticidade da pobreza para o crescimento varia então numa amplitude que vai de $-2,59$ até $-0,69$.

Comparados com a literatura sobre a relação crescimento-desigualdade, as abordagens supracitadas têm a vantagem de que uma interpretação intuitiva pode ser dada à elasticidade de crescimento estimada. No entanto, essa vantagem de interpretação vem acompanhada do custo de ter que especificar um ponto de corte a partir do qual alterações na renda são ignoradas. A necessidade de definir um limiar que divida a população entre pobres e não-pobres introduz três problemas na análise. O primeiro é que as medidas de pobreza são altamente sensíveis à localização da linha de pobreza. Chen e Ravallion (1997) enfatizam que quando empregada à definição de pobreza de um dólar por dia PPP ajustada aos preços de 1993, a pobreza na América Latina e no Caribe é 15,57 por cento, enquanto se uma linha de pobreza relativa é aplicada para os mesmos dados, a proporção é de 51,35 por cento. Székely et al. (2000) chegam a uma conclusão similar: a proporção de pobres na América Latina vai de 22,8 até 56,8 por cento, dependendo de qual linha de pobreza é comumente adotada na região. Além disso, em países onde existe uma alta concentração de renda em torno da linha de pobreza, até mesmo variações marginais no valor limite da pobreza podem gerar grandes diferenças nas taxas de pobreza. No entanto, de certa forma este é um problema sem resolução pois todas as linhas de pobreza são de algum modo arbitrárias dado que refletem as especificidades necessárias para a caracterização de uma vida com mínimos padrões de qualidade. Julgamentos normativos são aqui indispensáveis e a melhor estratégia usada para remediar esta dificuldade consiste no uso de rankings com diferentes medidas de pobreza e o uso de ‘quase-ordens’ (Sen e Foster, 1997).

O segundo problema é que as medidas absoluta e relativa de pobreza usadas na literatura tratam com igual peso todos os pobres. Por exemplo, dados da Argentina para 1998 revelam que a maior renda entre os 20 por cento mais pobres da população é de \$90 por mês PPP aos preços de 1985, enquanto a renda média entre os três por cento mais pobres é menos que \$7 PPP. Deve um aumento marginal na renda do segundo indivíduo ter o mesmo valor que um ganho marginal do primeiro? Se o interesse está em saber se os relativamente mais pobres ganham mais com o crescimento, então a resposta é claramente não. Essa preocupação é pertinente dentro de um esquema Rawlsiano do tipo *maxmin* onde o objetivo do crescimento econômico seria o sequenciamento da redução da pobreza começando pelos mais pobres entre os pobres.

O terceiro problema refere-se ao significado de ser pobre e da melhor maneira de conciliar conceitos com medidas. Se uma linha de pobreza relativa – como os 20% mais baixos da distribuição – é adotada como critério de identificação dos pobres então todos os indivíduos no primeiro quintil serão classificados como pobres, não levando-se em consideração seu padrão absoluto de nível de vida. Isso implica dar o mesmo peso para um indivíduo localizado nos 20% mais baixos da distribuição na Suécia, que tem uma renda de

\$450 PPP por mês em 1991; que um indivíduo localizado nos 20% mais pobres no Quênia, com uma renda que talvez não alcance os \$12.

Pode-se concluir que existe todavia um hiato entre o conhecimento teórico da relação crescimento-pobreza e sua aplicação empírica que necessita de mais estudos explorativos sobre as diferentes circunstâncias em que parâmetros e *benchmarks* podem ser utilizados na avaliação do impacto pró-pobre das políticas de crescimento econômico.

2. Modelo Econométrico e Resultados para o Brasil.

O objetivo principal dessa parte do trabalho é realizar um teste para diferenças inter-estaduais nas elasticidades da pobreza em relação ao crescimento. Ou seja, busca-se aplicar a metodologia de Ravallion e Datt (2002) para a realidade brasileira para testar em que medida o crescimento econômico no Brasil é capaz de reduzir o nível de pobreza. Além disso, busca-se analisar brevemente algumas especificidades regionais que poderiam justificar as diferenças do efeito do crescimento sobre a pobreza nos estados. Outro objetivo importante é observar as diferenças entre os estados no Brasil em relação à capacidade do crescimento em reduzir a pobreza. O modelo é tal que permite analisar o efeito de mudanças no PIB dos setores agrícolas e não agrícolas sobre a pobreza e como esses efeitos variam entre os estados.

A base de dados usada inclui dados para a linha de pobreza do IPEADATA, bem como, dados relativos ao PIB e Renda per capita dos setores agrícolas e não agrícolas do IBGE e também dados de renda por decil de renda também do IPEADATA - todos para o período 1981 a 2002. Para os dados relativos ao gasto governamental per capita optou-se por usar os gastos com educação por Estado usando-se a base de dados do Ministério da Educação (MEC). Em relação aos dados de Inflação usou-se as estimativas de Inflação das 10 principais regiões metropolitanas feitos por Menezes e Azzoni (1999).

Uma primeira evidência sobre a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento pode ser obtida através de um modelo que relaciona o log da medida de pobreza como variável dependente contra o log da renda média como variável explicativa. Faz-se importante uma análise com dados de painel, focando nos Estados brasileiros, para permitir a identificação das elasticidades. Em um modelo de dados de painel, efeitos específicos para cada região separam diferenças estruturais de pobreza em cada estado do efeito de variações da renda. Contudo, essa especificação deve ser estendida para permitir o controle de outros fatores que mudam no tempo como choques inflacionários e gastos do governo. Para permitir que qualquer tendência temporal das variáveis omitidas sejam incorporadas, como por exemplo mudanças tecnológicas, o modelo também inclui uma tendência. O modelo geral pode ser resumido na seguinte equação geral:

$$\ln P_{it} = \beta_1 \ln PIBIS_{it} + \beta_2 \ln AGR_{it} + \beta_3 \ln GOV_{it} + \gamma INF_{it} + \delta t + \eta_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

onde: P_{it} é a linha de pobreza no Estado i em t , $PIBIS$ = Produto real per capita do setor não agrícola (serviços e indústria), AGR = renda per capita do setor agrícola, GOV = Gasto real per capita do Governo e INF = taxa de inflação. β_j e γ representam as elasticidades, t uma tendência determinística, η_i efeitos específicos de cada região e ε_{it} um termo puramente aleatório. Verifica-se um crescimento pró-pobre se as elasticidades forem negativas. Os dados cobrem os estados com medidas para inflação nas suas regiões metropolitanas, para os anos de 1985-1999 (exceto 1991 e 1994, quando não houve PNAD's, fonte dos dados que geram as estatísticas de pobreza).

Uma questão importante diz respeito às especificidades regionais do crescimento pró-pobre. A motivação no artigo de Ravallion e Datt (2000) era exatamente estimar diferenças nas elasticidades de pobreza entre regiões da Índia. Como os autores dispunham de mais de 30 observações por estado, foi possível, na prática estimar uma equação por região. Em nosso caso, não temos graus de liberdade suficientes para uma estimação com tantos parâmetros. Com isso, tentando um modelo mais geral que o modelo (1), mas ainda com um número suficiente de graus de liberdade, interagimos o crescimento não-agrícola com os termos regionais. No caso de Ravallion e Datt, testes de especificação indicaram que as elasticidades regionais da pobreza em relação à inflação, PIB agrícola e gastos do governo não eram significativamente diferentes. Seguindo os autores, nosso modelo passa a ser

$$\ln P_{it} = \sum_i \beta_{1i} (\ln PIBIS_{it} * \eta_i) + \beta_2 \ln AGR_{it} + \beta_3 \ln GOV_{it} + \gamma \ln INF_{it} + \delta t + \eta_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Note que há uma elasticidade da pobreza em relação à renda não-agrícola para cada região i . Os resultados obtidos estão abaixo. O método de efeitos aleatórios é empregado, diante da sugestão do teste de Hausman de semelhança entre as estimativas de efeitos fixos e aleatórios, para o modelo (1). Para permitir comparação, estimamos o modelo (2) para efeitos aleatórios apenas. Testes de especificação indicam que os coeficientes β_{1i} são diferentes entre si. É possível notar uma significativa melhora na significância dos coeficientes com o modelo de coeficientes específicos por estado para a renda (2) em relação às estimativas de (1).

Tabela 1: Modelo ajustado em dados de painel para elasticidade pobreza em relação ao PIB não agrícola.

Variáveis Explicativas	Modelo (1) Coef. Fixos.	Teste t	Modelo A (coef. Aleatórios)	teste t
Constante	15.5429	29.04	19,969	25,37
Renda do Setor agrícola (YLD)	0.04762	0.62	0,8	0,8
Gasto real per capita do governo (GOV)	0.00641	2.67	3,16	3,16
Produto per capita do setor não agrícola (NFP)	0.05360	0.37		
– específico para cada estado				
Bahia			5,9388	9,36
Ceará			-2,7176	-3,34
Distrito Federal			-4,1597	-2,38
Minas Gerais			1,3393	6,13
Pará			-0,1054	-0,08
Paraná			0,7129	3,51
Pernambuco			5,9375	5,05
Rio de Janeiro			1,3092	7,43
Rio Grande do Sul			0,4169	2,36
São Paulo			1,3369	9,73
Taxa de Inflação (Inf)	15.5429	-1.28	-5,6155	-6,58
Número de observações		130		130
R ²		0.2026		0,9154
Teste F (Wald)		9.40		216,27
Teste F – <i>p-value</i>		0.0518		0.0

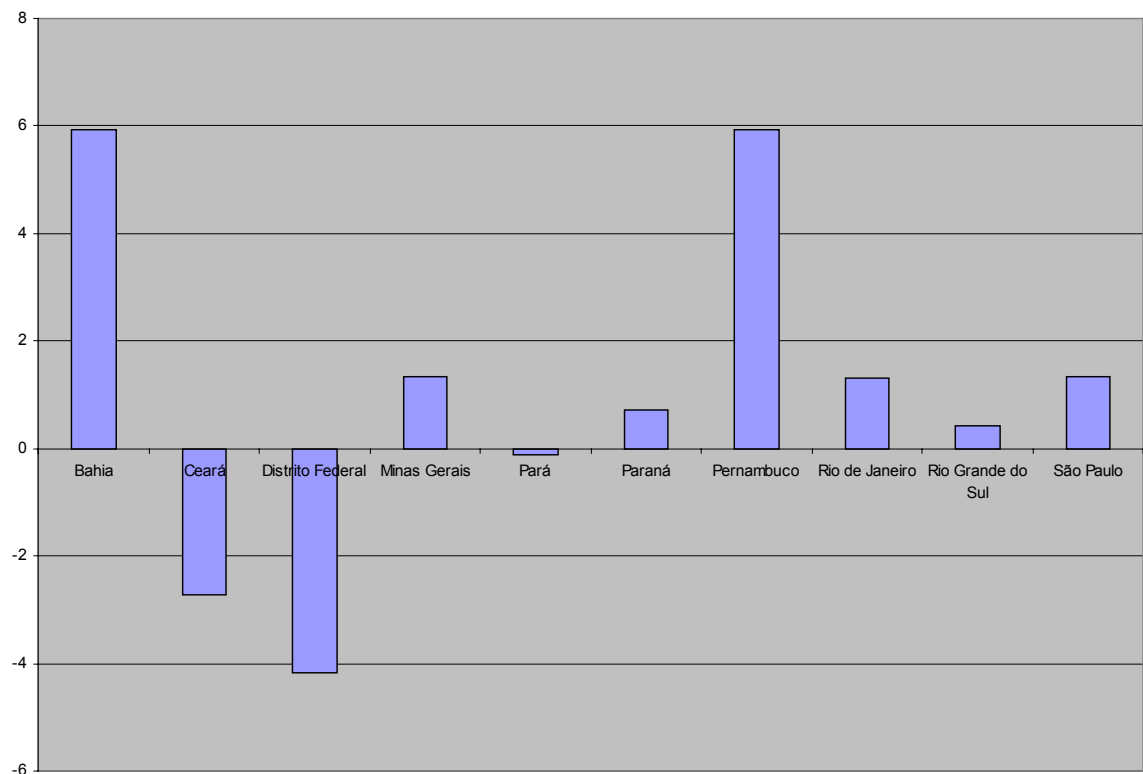
* Números em negrito indicam coeficientes estimados significativos. Método de efeitos aleatórios.

Pode-se notar na Tabela 1 que quanto maior a renda agrícola maior o impacto na pobreza. Contudo, esse resultado não é estatisticamente significativo. O gasto público com educação apresenta um efeito perverso de aumento da pobreza. A relação entre PIB dos setores não agrícola e a pobreza varia entre os Estados, sendo que o resultado só não é significativo para o Estado do Pará. Em alguns estados o aumento do PIB não agrícola, para o período analisado, aumenta a pobreza, o que sugere que o crescimento melhora proporcionalmente mais a renda dos ricos e piora a renda dos decis mais baixos de renda. Isso só não estaria ocorrendo para os Estados do Ceará e Distrito Federal. Esse resultado confirma os estudos citados acima para a Índia onde a mesma relação foi encontrada.

O impacto da taxa de inflação é pró-pobre, mas isso se deve ao período analisado que inclui a década de oitenta e a década de noventa com uma mudança significativa nas taxas mensais de inflação no período pós-Real, quando houve uma melhora nos níveis de pobreza, quando comparados com os anos 80. Na análise para década de oitenta apenas a inflação é *pobreza-crescente*, ou seja, inflações muito altas prejudicam mais os pobres do que os ricos.

O gráfico abaixo apresenta os valores absolutos das elasticidades-crescimento da pobreza para os Estados brasileiros. Vemos em que medida o crescimento do setor não agrícola é capaz de reduzir a pobreza nos Estados brasileiros. Há uma nítida heterogeneidade nas elasticidades da pobreza para os Estados no Brasil. As elasticidades negativas ocorrem para o Distrito Federal e para o Ceará, ou seja, nesses Estados o crescimento foi mais pró-pobre do que para os outros. Para os demais Estados, o crescimento piora o quadro de pobreza, podendo até mesmo agravá-lo mais que proporcionalmente, como para Bahia e Pernambuco. Deste modo, o crescimento tem um impacto negativo sobre a redução da pobreza quando a elasticidade é positiva, caracterizando um aumento da pobreza para um aumento do crescimento.

Elasticidades de Pobreza para PIB do setor não agrícola



Fonte: elaboração dos autores, baseado na tabela 1.

Uma explicação para esse padrão pode ser a variabilidade do comportamento da renda per capita dos Estados em relação aos altos níveis de desigualdade da distribuição de renda pessoal nos Estados. Uma forma alternativa para estudar o efeito do crescimento sobre a pobreza seria identificar a relação entre o crescimento da renda média e o comportamento dos percentis de renda. Este tipo de análise é levado a cabo na próxima seção.

2.1 A Curva Crescimento-Pobreza de Son.

Apesar de não haver consenso na literatura quanto à definição de crescimento econômico pró-pobre, uma definição operacionalmente adequada é a usada por Kakwani e Pernia (2000), segundo a qual o crescimento é pró-pobre se o pobre obtiver benefícios, em termos de ganhos de renda, proporcionalmente maiores do que os não pobres. A implicação direta dessa definição é que numa economia onde ocorre crescimento pró-pobre, necessariamente, a desigualdade está diminuindo durante o processo de crescimento. A curva Crescimento-pobreza, proposta por Son (2004), mede o grau no qual o crescimento é pró-pobre ou empobrecedor. A origem dessa metodologia para avaliar a qualidade do crescimento encontra-se na análise de Atkinson sobre a curva de Lorenz generalizada e mudanças no nível de pobreza de um país ou região.

Uma constatação inicial importante desses trabalhos é a de que a capacidade do crescimento econômico em promover a redução da pobreza apresenta uma grande variância para a mesma taxa de crescimento e para regiões distintas. Ou seja, em alguns países ou regiões dentro do mesmo país o crescimento é mais favorável para os pobres do que em outros. Em outras palavras, a relação entre crescimento e redução da pobreza é não-trivial.

A curva crescimento pobreza proposta por Son (2004) é bem simples de ser construída e tem sua justificativa na análise da curva de Lorenz ($L(p)$) que descreve o percentual de renda acumulada pelos percentis p da população. A metodologia explora o fato de que um aumento de média em uma distribuição pode ser caracterizada de diferentes formas, resumidas em três casos extremos. Primeiro, pode haver um crescimento proporcional da renda de todos os indivíduos da população. Neste caso, o crescimento da média implica um deslocamento locacional da distribuição para a direita da reta de renda. Não há mudanças de dispersão (desigualdade) da renda. No segundo caso, pode haver o aumento apenas da parte da distribuição *acima* da média, mantendo-se constante a renda abaixo da média. A média da distribuição desloca-se para a direita, mas os percentis mais baixos não mudam. Neste caso, a dispersão dos dados aumenta e a distribuição tende a ficar mais assimétrica. Por fim, no terceiro caso, pode haver o aumento apenas da parte da distribuição *abaixo* da média, mantendo-se constante a renda acima da média. A média da distribuição desloca-se para a direita, mas os percentis mais elevados não mudam. Neste caso, a dispersão dos dados diminui. Este último caso representa o crescimento pró-pobre apresentado acima.

Definindo a renda pessoal (ou per capita domiciliar, dependendo da pesquisa empregada) por y , $f(y)$ a densidade da renda e μ como a renda média, $E(y) = \mu$, a curva de Lorenz pode ser descrita como:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x f(y) dy ,$$

onde $p = \int_0^x f(y) dy$ e $0 < x < 1$.

Quando $L(p) = p$ isso implica que a renda é distribuída de forma perfeitamente igual. Uma mudança na curva de Lorenz indica se a desigualdade está aumentando ou diminuindo com o processo de crescimento econômico. Desta forma, uma maneira de analisar a qualidade do crescimento econômico é analisar o comportamento da curva de Lorenz. Son (2004: 308)

argumenta que, “quando o crescimento muda a inclinação da curva de Lorenz para cima pode-se afirmar sem ambigüidades que o crescimento é pró-pobre e que a pobreza está diminuindo, ou seja, se $\Delta L(p) \geq 0 \forall p$.” Seguindo Son e empregando uma versão modificada da curva de Lorenz, discretizada para decis da distribuição de renda, obtêm-se:

$$L(p) = \mu_p p / \mu,$$

onde μ_p é a renda média até o decil $p=10,20,\dots, 100$.

Tomando-se o logaritmo de ambos os lados e a primeira diferença no tempo da equação (3), obtêm-se:

$$\Delta \ln(L(p)) = \Delta \ln \mu_p - \Delta \ln \mu = g(p) - g$$

ou²

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)),$$

onde g é a taxa de crescimento da renda média da sociedade, $\Delta \ln(L(p))$ e $g(p)$ = taxa de crescimento da pobreza. É importante notar que $g(p)$ não mede o crescimento da renda média do decil p , mas o crescimento da renda média até o decil p .³⁴

Note que se $g(p) > g$, para $p < 100$, o crescimento é caracterizado como sendo pró-pobre, pois a renda nos percentis está crescendo mais que a renda média. Se $g(p) < 0$, o crescimento é empobrecedor. Se $0 < g(p) < g$, o crescimento reduz a pobreza mas é acompanhado por um aumento da desigualdade, pois as mudanças na curva de Lorenz ($\Delta \ln(L(p)) = g(p) - g$) são para baixo.

A curva de crescimento-pobreza pode ser estimada a partir dos dados de renda média por decil de renda para quaisquer dois períodos. Assim, basta calcular a taxa de variação da renda de cada decil entre dois períodos bases e plotar contra os decis de renda, como é feito para a curva de Lorenz. Nesse caso, a taxa de variação do ultimo decil equivale à taxa de crescimento da renda média no período. Se a linha tem inclinação negativa isso significa que os decis de renda menores cresceram acima da renda média e, conseqüentemente, os pobres cresceram as suas rendas a taxas maiores do que os ricos ou do que os decis de renda mais elevados. Isso significa que podemos concluir, nesses casos, que a pobreza tem diminuído no período analisado.

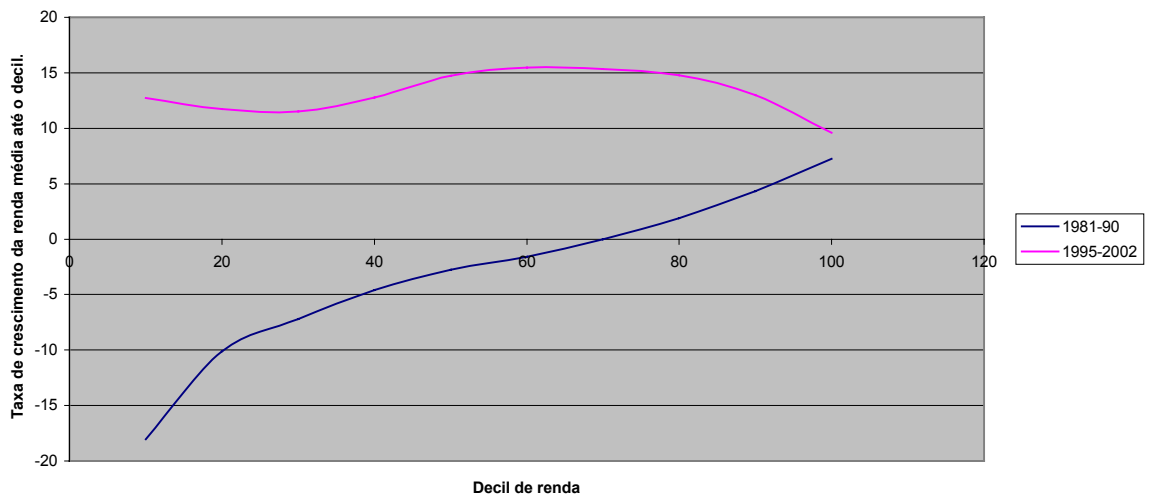
Os resultados estão nos gráficos abaixo. São apresentados alguns casos específicos que ilustram diferentes tipos de relação entre o crescimento e a redução da pobreza para as décadas de 80 e 90. Temos nitidamente um quadro de crescimento pró-pobre para os estados do Ceará e Rio Grande do Sul durante a década de 1990.

² Para um p fixo, $\Delta \ln p = 0$.

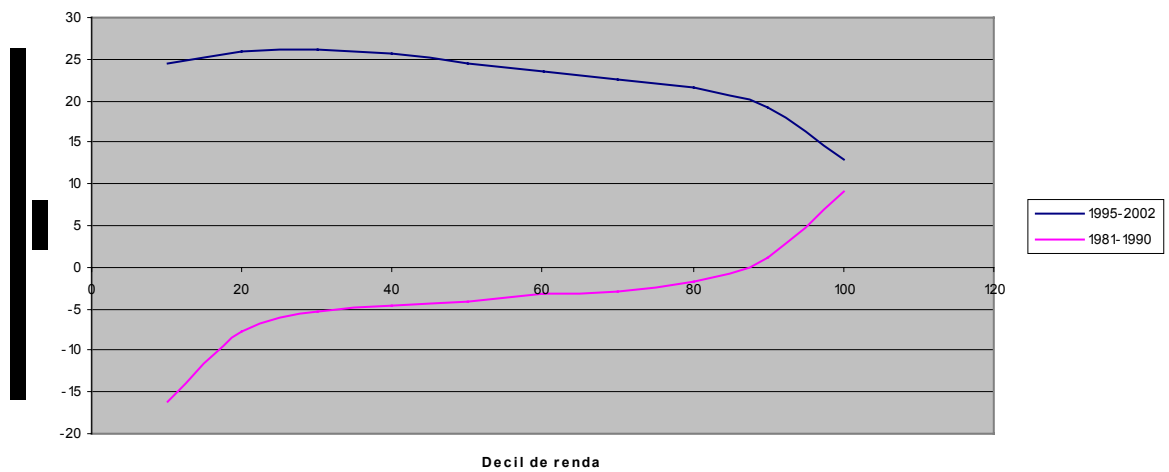
³ Quando $p=100$ (o décimo decil), ou o percentil 100, $g(p)=g$, pois, por definição o topo da curva de Lorenz é a unidade e assim, $\Delta L(p)=0$. Visto de outra forma, por exemplo, a renda média até o segundo decil é a média das rendas do primeiro e segundo decis. Seguindo o raciocínio, a renda média até o décimo decil é a renda média da população.

⁴ Uma análise alternativa à apresentada emprega a renda média no decil e é levado à cabo por Ravallion e Chen, 2003, que estima curvas de incidência de crescimento.

Curva crescimento pobreza Rio Grande do Sul- 1981-90; 1995-2002.

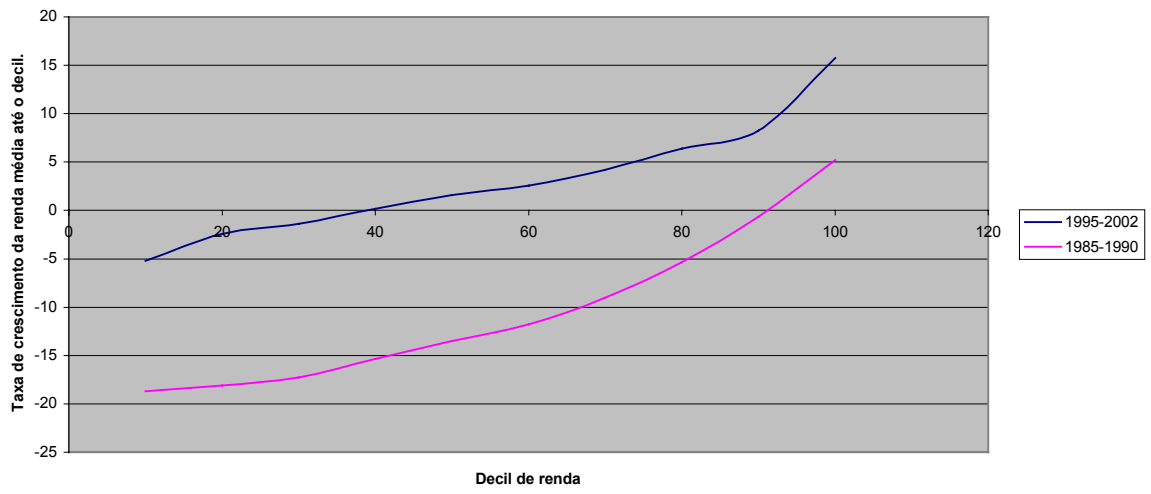


Curva crescimento pobreza Ceará-1981-1990; 1995-2002.

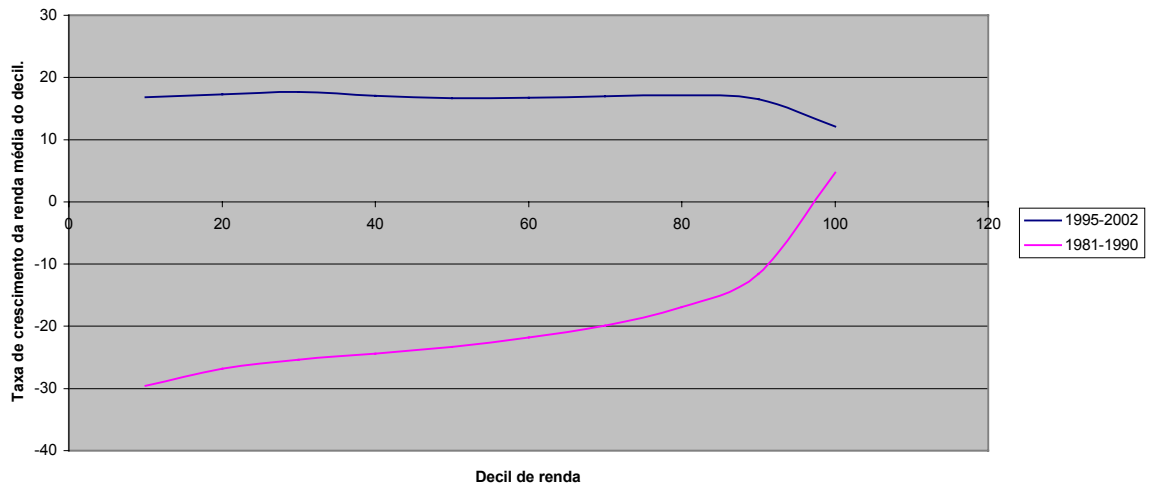


Os resultados são inequívocos. Em termos gerais, o crescimento foi pró-pobre durante a década de 1990 para todas as regiões do país e praticamente para todos os Estados com pequenas diferenças ano a ano entre alguns Estados -ao contrário da década de oitenta, onde o crescimento nitidamente beneficiou mais os ricos. O Estado de São Paulo apresenta um resultado mais ambíguo e volátil, crescendo pró-pobre para alguns anos apenas na década de noventa e revelando um forte crescimento dos decis de renda média. Para o mesmo estado a década de oitenta não apresenta um crescimento empobrecedor (que piora situações dos pobres) em todos os anos. Os anos recessivos são marcados por piora em relação à renda nos extratos de renda mais baixo em praticamente todas as regiões do país.

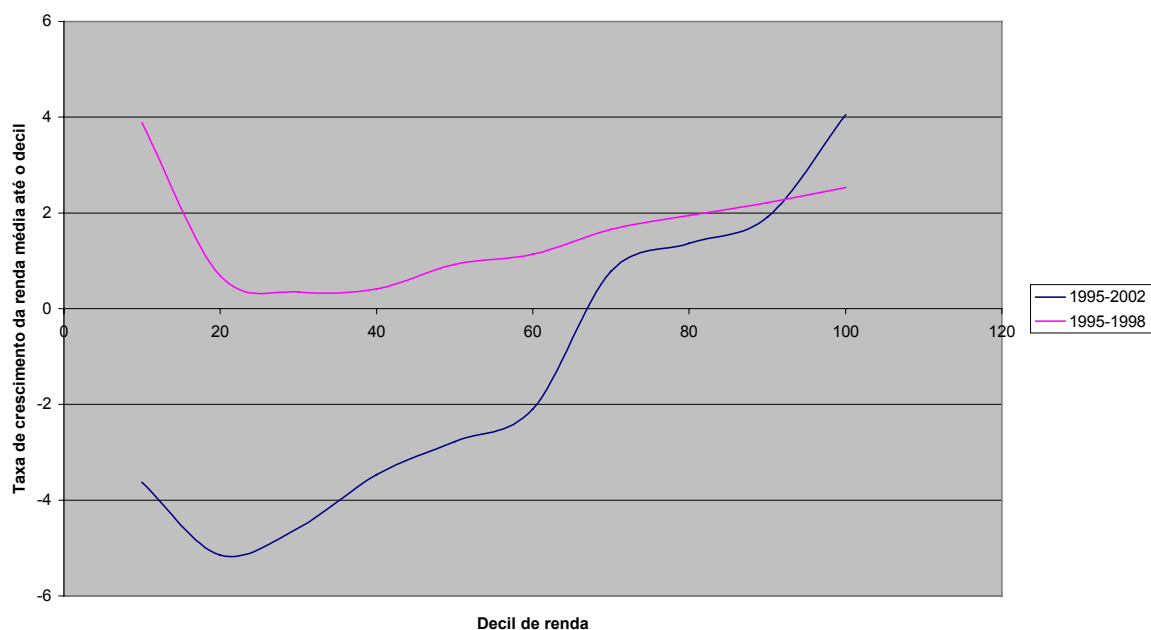
Curva crescimento pobreza Pernambuco- 1981-90; 1995-2002.



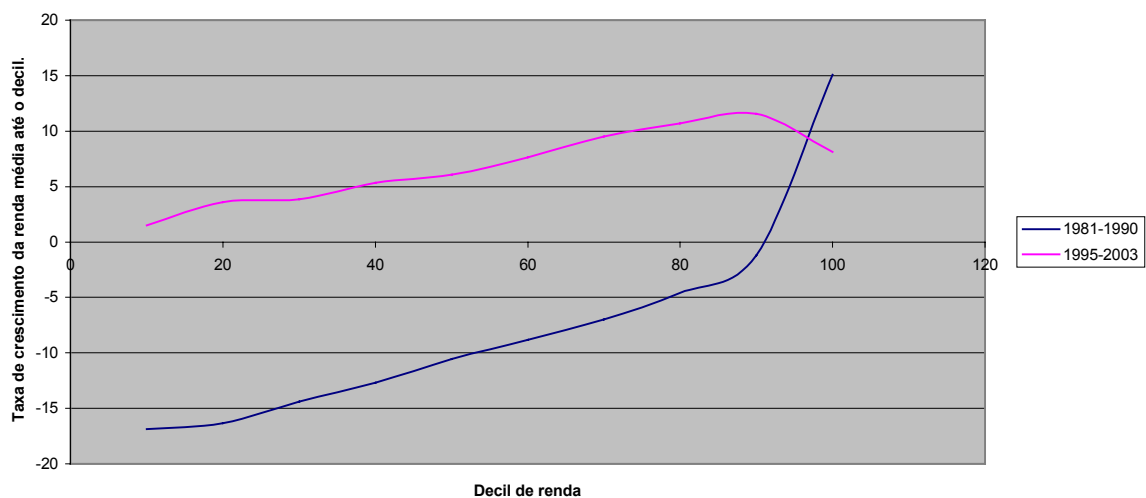
Curva crescimento pobreza Bahia- 1995-2002; 1981-90.



Curva crescimento pobreza São Paulo- 1995-98; 1995-2002.



Curva crescimento pobreza Pará- 1981-1990; 1995-2002.

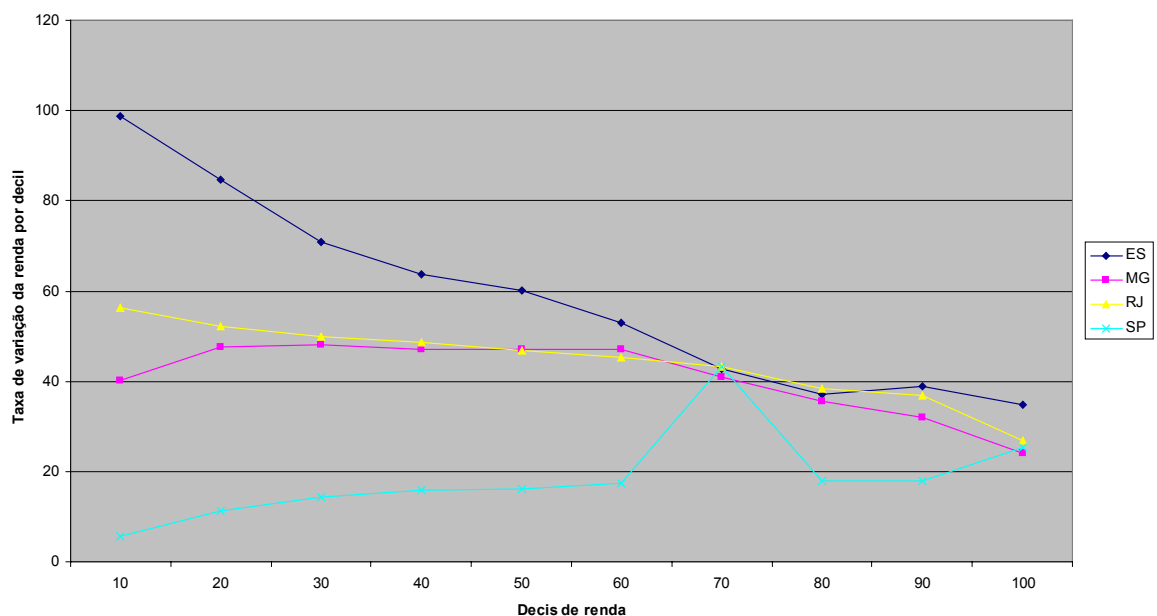


Uma análise pontual⁵ (por Estados e por anos) revela detalhes interessantes. Detendo-se sobre os anos em que o crescimento foi pró-pobre, isto é., anos em que a renda real dos que se encontram nos três primeiros decis cresceu percentualmente mais que a dos que se encontram nos outros sete decis, podemos ver o alcance das políticas econômicas e públicas e a influência da conjuntura local e externa. Nesse sentido, o ano de 1984 aparece como primeiro da lista (em ordem cronológica). Nesse ano, quinze dos vinte e cinco Estados (vinte e seis contando o Distrito Federal) tiveram crescimento pró-pobre. De fora ficaram apenas parte dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, notadamente as regiões de mais baixa renda, além do Rio de Janeiro, única exceção entre os Estados do Sul e Sudeste. Tal perfil de

⁵ Os autores agradecem ao mestrando Marcio Vargas do PPGE-UFRGS pelos comentários e sugestões apresentados nessa etapa do trabalho.

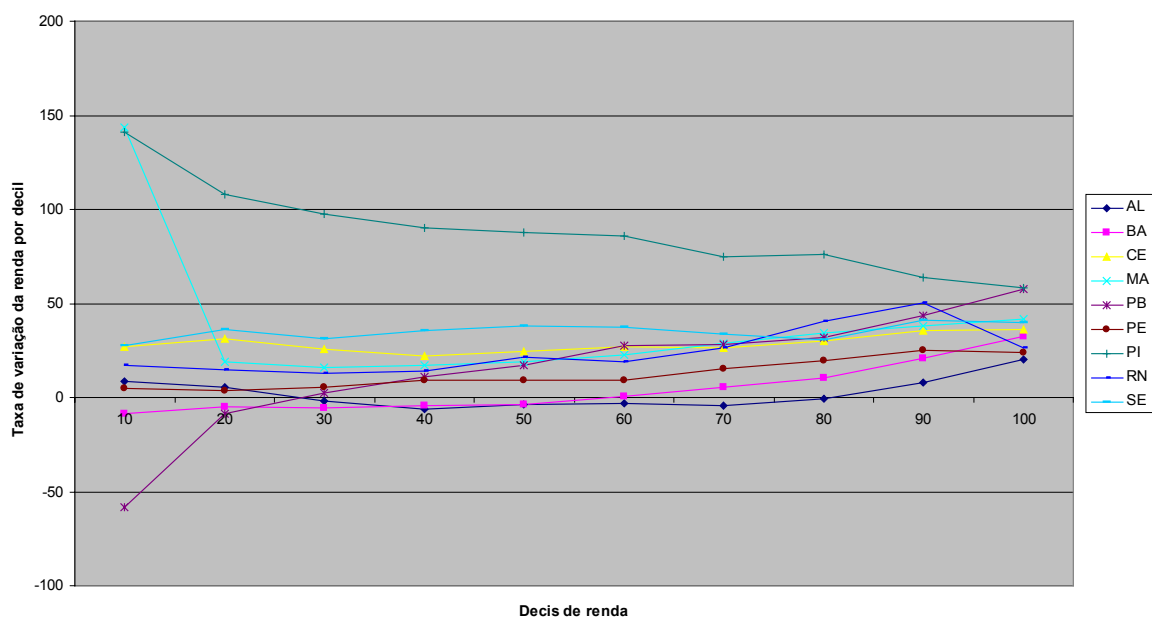
crescimento nesse ano é explicado em grande parte pela retomada do crescimento da economia brasileira, a reboque da vigorosa recuperação econômica ocorrida nos Estados Unidos nos primeiros dois trimestres de 1984. O forte aumento no comércio internacional que se seguiu a essa recuperação atingiu o Brasil por dois lados. Por um, houve um aumento na demanda por bens industrializados. Por outro, houve um crescimento vertiginoso dos preços agrícolas, o que fez com que a renda no campo aumentasse, aumentando, conseqüentemente, ainda mais a demanda por bens intermediários e maquinaria. Tudo isso resultou em uma elevação da renda urbana, com a indústria concedendo nesse mesmo ano reajustes salariais acima dos prescritos por lei (Carneiro, 1990).

Curva Crescimento pobreza dos Estados da Região Sudeste- 1992-2002



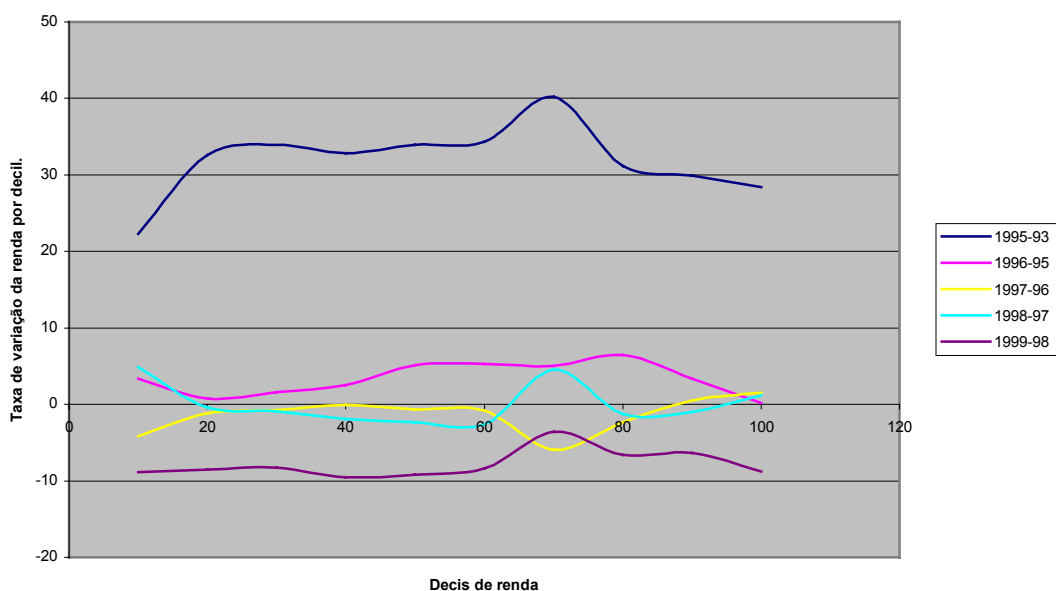
Outro ano em que se observa um amplo crescimento pró-pobre no Brasil é 1986, chegando a dezessete o número de Estados com tal configuração de crescimento. A razão disso, contudo, é meramente conjuntural, tendo sido lançado nesse ano o Plano Cruzado, que além de promover uma reforma monetária também instituiu um congelamento temporário nos preços, acompanhado de um abono de 8% a todos os assalariados e de um reajuste do salário mínimo, que sozinho representou um abono de 16% em relação ao poder de compra médio dos últimos seis meses (Modiano, 1990). Novamente, os Estados que não presenciaram esse crescimento pró-pobre se encontram nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que a exceção se dá por conta do Estado do Espírito Santo. Tal distribuição espacial do crescimento evidencia fatores de contínua evolução da pobreza absoluta nesses Estados.

Curva Crescimento pobreza dos Estados da Região Nordeste- 1981-1990



Já na década de noventa (contando até 2002), os anos de crescimento pró-pobre mais difundidos são 1998 e 2002, com o crescimento pró-pobre ocorrendo em quinze e vinte e dois Estados, respectivamente. Em 1998 o crescimento pró-pobre se concentra na Região Nordeste (com 6 Estados), seguido da Região Norte (com 3 Estados); algo que já havia ocorrido em 1995, quando sete dos onze Estados brasileiros que tiveram crescimento pró-pobre se encontravam no nordeste.

Curva crescimento pobreza São Paulo - 1995-1998.



Outro ponto importante a ser frisado é a intensidade do crescimento pró-pobre no ano de 2002, responsável em boa medida pelo crescimento pró-pobre verificado no período 1992-2002. O caso dos Estados da Região Sul é esclarecedor nesse aspecto. Seus anos de maior crescimento pró-pobre são 1992 e 2002 no caso do Paraná, 2001 e 2002 no caso de Santa Catarina e 1992 e 2002 no caso do Rio Grande do Sul.

Resumo das Curvas crescimento pro pobre para os Estados brasileiros.									
	1981-1993				1995-2002				Total
	Cresc. Positivo	%	Cresc.Negativo	%	Cresc. Positivo	%	Cresc.Negativo	%	
Pro - pobre	59	50	15	13,27	56	65,88	7	12,50	137
Não Pro- pobre	27	22,88	52	46,02	5	5,88	23	41,07	107
Empobrecedor	2	1,69	27	23,89	3	3,53	21	37,50	53
Não conclusivo	30	25,42	19	16,81	21	24,71	5	8,93	75
Total	118	100	113	100	85	100	56	100	372

O quadro resumo acima aponta alguns resultados. Das 372 curvas estimadas para 22 Estados no Brasil, o crescimento foi pro pobre em 137 casos, sendo que desse total 56 casos ocorreram na década de 1990, mais precisamente a partir do ano de 1995. Durante a década de 1980, o crescimento foi empobrecedor – os pobres ficaram mais pobres enquanto os ricos aumentaram as suas rendas – em 29 casos, sendo que a maior incidência de crescimento empobrecedor ocorreu nos anos de recessão. Além disso, em 79 casos o crescimento foi não pro pobre na década de 1980, bem ao contrário da década de 1990 que só apresentou 28 casos de crescimento não pro pobre.

3. Considerações finais

Esse trabalho procurou mostrar, sob varias perspectivas que o crescimento no Brasil do passado recente não foi igualmente distribuído entre os Estados ou regiões no que diz respeito a sua capacidade de redução da pobreza ou seu impacto sobre a pobreza. Constatou-se que a elasticidade pobreza do crescimento varia entre os 10 Estados analisados e que apenas os Estados do Ceará e o Distrito Federal apresentam elasticidades negativas indicando que o crescimento reduz a incidência de pobreza. Essa é uma conclusão importante para a redução da pobreza e promoção do bem-estar social e para a escolha de políticas econômicas e sociais adequadas para conciliar equidade e eficiência como objetivos públicos.

A curva de crescimento pobreza também variou historicamente entre os Estados, mas é possível dizer que a década de oitenta foi “pró-rico”, no sentido que os períodos de rápido crescimento, em média, aumentaram mais a renda dos decis de renda mais elevados do que dos decis de renda mais baixos. Os resultados variaram muito de ano para ano, mas parece haver forte indicação que períodos de crescimento moderado podem beneficiar mais os pobres se forem acompanhados de políticas sociais de longo alcance e se a taxa de inflação for controlada. Contudo, essas análises precisam ser aprofundadas.

Um próximo passo da pesquisa é exatamente a incorporação de todos grupos de fatores apresentados na seção 1.1 na análise das prováveis causas para o tipo ou qualidade de crescimento observado no Brasil durante as décadas de 80 e 90. O próprio trabalho de Ravallion e Datt apontam um caminho possível ao sugerir o uso de variáveis no modelo que representem as condições iniciais em cada região ou Estado e o cálculo das elasticidades. Assim, as diferenças entre as elasticidades poderiam ser explicadas pelas diferenças nas condições iniciais. A análise presente contribui na categorização do tema, na ênfase aos aspectos qualitativos do crescimento e na elaboração de estatísticas preliminares para o entendimento da relação crescimento econômico-redução da pobreza no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Marcelo Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

- Aghion, Philippe e Bolton, Patrick. A theory of trickle-down and development. *The Review of Economic Studies*, 64(a), n. 219, pp. 151-172, 1997.
- Bruno, M., Ravallion, M. & Squire, L. Equity and growth in developing countries: old and new perspectives on the policy issues. In *Income distribution and high quality growth*, Tanzi, V. and Chu, KY (org.), MIT Press, Cambridge, Mass.
- Datt, Gaurav e Ravallion, Martin. Farm Productivity and Rural Poverty in India. *Journal of Development Studies*, 34, pp. 62-85, 1998.
- De Janvry & Sadoulet. Growth, poverty and inequality in Latin America: a causal analysis, 1970-94. *Review of Income and Wealth*, 2000, Series 46(3), pp. 267-87
- Dollar, D. & Kraay, 2001. Growth is good for the Poor. World Bank Policy Research Paper N. 2587, Washington D.C.
- Ekbom, Anders e Bojo, Jan. Poverty and Environment: evidence of links and integration into the country assistance strategy process. Environment Group Discussion Paper 4, Washington: World Bank, 1999.
- Foster, James E. & Székely. Is Economic growth good for the poor? Asian and Pacific forum on Poverty: reforming policies and Institutions fro Poverty reduction, Manila, February 2001.
- Galeotti, Marzio e Lanza, Alessandro. Desperately Seeking (Environmental) Kuznets. Working Paper, Fondazione Eni Enrico Mattei, Milan, 1999, mimeo.
- Gallup, J. L. et alli. Economic growth and the income of the poor. CAER II Discussion Paper, 1999, No 36, HIID, Havard.
- Griffin, Keith. Studies in Development Strategy and Systemic Transformation, London: Macmillan, 2000; U.S. edition: St. Martin's Press, 2000.
- Griffin, Keith and Khan, Azizur. Growth and Inequality in Pakistan, London: Macmillan, 1972.
- Kakwani, N. A note on growth and Poverty reduction. Asian and Pacific forum on Poverty: reforming policies and Institutions fro Poverty reduction, Manila, February 2001.
- _____. On measuring growth and inequality components of poverty with application to Thailand. University of New South Wales, Sidney, papers series, 1997.
- Kakwani, N., Pernia, E. What is pro-poor growth. *Asian Development Review*, 2000, 16(1), 1-22.
- _____. Pro-poor Growth and income inequality. Asian Development Bank, October 2000.
- Kakwani, N. & Son, Hyun. On Pro-poor Government Fiscal Policies: with application to the Philippines. Asian and Pacific forum on Poverty: reforming policies and Institutions fro Poverty reduction, Manila, February 2001.
- Meier, Gerald. The Old Generation of Development Economists and the New. In: Meier, Gerald and Stiglitz, Joseph. *Frontiers of Development Economics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 13-50, 2001.
- Pernia, Ernesto M. Pro-poor growth: what is it and how is it important? Asian Development Bank, june 2003, ERD Policy Brief n. 17.
- Ravallion, M., Chen, S. Measuring pro-poor growth. *Economics Letters*, 2003, 78, 93-99.
- _____. What can new survey data tell us about recent changes in distribution and poverty? *World Bank Economic Review*, 11:2, 357-82.
- Ravallion, Martin & Datt, Gaurav. When is growth Pro-poor? Evidence from the diverse experiences of India's States. World Bank, 20433, Washington D. C.
- _____. Why has economic growth been more Pro-poor in some states of India than others? *Journal of Development Economics*, 2002, 68(2): 381-400.
- Ray, Debraj. *Development Economics*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

- Roemer, M. & Gugerty, M. Does economic growth reduce Poverty? CAER II Discussion Paper, 1997, No 4, HIID, Havard.
- Sen, Amartya. Development as Freedom. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Sen, Amartya. Sri Lanka's Achievements: How and When? In: Bardhan, P e Srinivasan, T.N. (eds) Rural Poverty in South Asia. Delhi: Oxford University Press, 1988
- Sen, Amartya e Foster, James. On Economic Inequality. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- Smolensky, E., et alli. Growth, Inequality and Poverty: a cautionary note. Review of Income and Wealth, 1994, Series 40(2), pp. 217-22.
- Son, hyun Hwa. A note on pro-poor growth. Economics Letters 82 (2004) p. 307-304.
- Székely, M. et alli. Do Know How Much Poverty there is? Working Paper WP-437, 2000, Research Department, Inter American Development Bank, Washington D. C.
- Thorbecke, Erik e Jung, Hong-Sang. A Multiplier Decomposition Method to Analyze Poverty Alleviation. Journal of Development Economics, 48, pp. 279-300, 1996.
- Timmer, Peter. The road to Pro-poor growth: the Indonesia experience in regional perspective. Center for Global development. Working Paper n. 38, april 2004.
- Timmer, Peter. How Well Do the Poor Connect to the Growth Process? Discussion Paper 178, Harvard Institute for International Development, Cambridge, US.
- Warr, Peter. Poverty reduction and Economic Growth: the Asian experienc Asian and Pacific forum on Poverty: reforming policies and Institutions fro Poverty reduction, Manila, February 2001.
- World Development Report 2004. Making Services Work for the Poor Washington, World Bank, 2004.
- World Development Report 2000/2001. Attacking Poverty. Washington, World Bank, 2001.